

Total Brasil
Distribuidora Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores quotistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Total Brasil Distribuidora Ltda. (“Empresa”) submete à apreciação, o Relatório da Administração e as suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Considerações iniciais

A Empresa iniciou seu negócio de lubrificantes no Brasil em 1975, principalmente no ramo de lubrificantes para automotores. O negócio de combustíveis se deu no início de 1997 com a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). O investimento naquela época foi uma maneira de se diferenciar e atrair clientes com maior potencial de consumo, como indústrias, transportadoras e fazendas. A fundação de uma distribuidora de combustíveis foi idealizada neste mesmo ano de 1997, e marcou uma nova fase para a Empresa que foi marcado principalmente pela determinação dos seus idealizadores.

A Total Brasil Distribuidora Ltda. tem hoje mais de 290 revendedores distribuídos nos estados de Minas Gerais (MG), Goiás (GO), Pará (PA), Tocantins (TO), São Paulo (SP), Mato Grosso (MT), Rio de Janeiro (RJ) e Distrito Federal (DF). Possuímos bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá no MT, Uberlândia, Uberaba e Betim em MG, em Paulínia, Guarulhos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, no estado de SP, em Senador Canedo, GO, em Duque de Caxias no RJ e em Brasília, no DF. Além dos revendedores, a Total Distribuidora atende clientes consumidores como frotistas, empresas de transportes e usinas.

Como parte de seu projeto de expansão no mercado brasileiro, a Empresa adquiriu o controle em 27.12.2018 do Grupo Zema, formado pelas entidades Zema Cia de Petróleo S.A., Zema Diesel (atualmente Total Brasil Diesel e Comércio e Transportes Ltda.) e Zema Importação (atualmente Total Brasil Comércio e Serviços Ltda.).

A Zema Cia de Petróleo S.A. foi incorporada na Total Distribuidora Ltda. em 01.12.2019 e tem como objeto social o comércio atacadista de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo

A Total Brasil Diesel Comércio e Transportes Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e tem por objeto social o comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.), tendo como mercado de atuação os estados de Minas Gerais e Goiás.

As bases de distribuição estão localizadas em Araxá e Senador Canedo. Além dos revendedores, a Total Distribuidora atende clientes consumidores como frotistas, empresas de transportes e usinas.

A Total Brasil Comércio e Serviços Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 01/11/2016 e tem como objeto social o comércio atacadista álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes.

2. Conjuntura econômica

O exercício de 2019 marcou o primeiro ano da gestão do novo governo. As pautas de privatizações, desburocratização e reformas estruturais demonstram o comprometimento da nova equipe econômica em ajustar as principais rubricas do resultado fiscal. A aprovação da reforma da previdência no Congresso Nacional foi um grande avanço nessa direção. A inflação pouco pressionada permitiu quatro cortes consecutivos na taxa Selic, chegando à 4,50% no final de 2019, seu menor patamar histórico. Já a cotação média do dólar em 2019 foi de R\$ 3,95/US\$ frente a R\$ 3,65/US\$ em 2018, um aumento de 8%.

O cenário macroeconômico se mostrou desafiador em 2019. O país demorou para ganhar ímpeto e encerrou com crescimento de 1,1% no PIB, abaixo dos 2,5% previstos pelo mercado no início do ano.

Em relação ao mercado de distribuição de combustíveis, o volume de vendas da ANP (Agência Nacional de Petróleo) subiu 3% em 2019, após manter estabilidade de 2013 a 2018, carregado pelo ambiente macroeconômico. A retomada da economia traz a expectativa de aumento de frota de veículos e diminuição no desemprego, duas variáveis com correlação forte com a demanda por combustíveis para veículos leves.

3. Desempenho Operacional

Receita operacional líquida consolidada

A receita líquida consolidada atingiu a marca de R\$ 3.153.532 em 2019, ante R\$ 225.615 em 2018 – um aumento em torno de 1.298%.

Essas variações ocorreram devido à aquisição do Grupo Zema em 27 de dezembro de 2018, demonstrando a estratégia da Empresa em aumentar a sua participação no mercado brasileiro.

A representatividade da receita líquida de vendas é alocada em maior proporção no estado de Minas Gerais, onde pode-se relacionar ao número de contratos fidelizados na região.

Custos e despesas operacionais consolidados

Os custos e despesas operacionais, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R\$ 3.162.420 no ano de 2019, frente a R\$ 245.212 em 2018, um crescimento de 1.190%. Esse crescimento é em decorrência do aumento da receita líquida no período principalmente em razão da aquisição do Grupo Zema e também do aumento do preço médio dos combustíveis e lubrificantes no ano.

No caso da depreciação do ativo imobilizado, a Empresa reconhece no resultado baseando-se no método linear conforme vida útil dos seus ativos. Em relação a amortização do uso de marca (Bonificações antecipadas concedidas a clientes apresentado no balanço patrimonial), o reconhecimento é de acordo com prazo de vigência de contrato de fornecimento de combustíveis, podendo este prazo variar entre 24 a 120 meses. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário.

Resultado financeiro líquido consolidado

O resultado financeiro líquido consolidado da Total Distribuidora totalizou uma despesa financeira de R\$ 8.345, 63% maior que a registrada em 2018, de R\$ 5.127.

4. Auditores independentes

A Total Brasil Distribuidora informa que utilizou os serviços da auditoria independente da KPMG Auditores Independentes para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5. Agradecimentos

A Administração da Total Brasil Distribuidora agradece aos seus quotistas , clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Empresa , pela confiança depositada nessa Administração e na Empresa no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Quotistas da

Total Brasil Distribuidora Ltda.

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Total Brasil Distribuidora Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Total Brasil Distribuidora Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 12, em 27 de dezembro de 2018, a Empresa adquiriu a totalidade da participação societária nas entidades Zema Cia. de Petróleo S.A., Total Brasil Diesel Comércio e Transportes Ltda. e Total Brasil Comércio e Serviços Ltda. e reconheceu nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os valores provisórios dos ativos e passivos relativos a contraprestação transferida na aquisição, iniciando o período de mensuração dos valores definitivos.

Após o período de mensuração, a Administração não reconheceu retrospectivamente as mudanças dos valores provisórios, conforme requerido pelo CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Caso esses ajustes tivessem sido realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelos valores definitivos, então: (i) o valor justo da contraprestação transferida mensurada na data da aquisição seria de R\$388.183 mil ao invés de R\$395.599 mil e o saldo da parcela remanescente a pagar apresentada no balanço patrimonial da controladora e do consolidado no passivo circulante na rubrica de outras obrigações seria de R\$22.254 mil ao invés de R\$29.670 mil, (ii) o ágio apresentado no balanço patrimonial da controladora no ativo não circulante na rubrica de investimento e na rubrica de intangível no balanço patrimonial consolidado seria de R\$185.841 mil ao invés de R\$252.871 mil, (iii) a mais-valia de relacionamento com clientes apresentada no balanço patrimonial da controladora no ativo não circulante na rubrica de investimentos e na rubrica de intangível no balanço patrimonial consolidado seria de R\$38.652 mil, (iv) a mais-valia de ativos imobilizados apresentada no balanço patrimonial da controladora no ativo não circulante na rubrica de investimentos e na rubrica de imobilizado no balanço patrimonial consolidado seria de R\$24.650 mil, (v) a mais valia de estoques apresentada no balanço patrimonial da controladora no ativo não circulante na rubrica de investimentos e na rubrica de estoques no ativo circulante no balanço patrimonial consolidado no valor de R\$3.648 mil seria zero, e (vi) o valor justo de outros intangíveis apresentado no balanço patrimonial da controladora no ativo não circulante na rubrica de investimentos e na rubrica de intangível no balanço patrimonial consolidado seria menor em R\$(40) mil.

Consequentemente, nas informações comparativas do exercício corrente relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os saldos consolidados de intangível e estoques estão superavaliados em R\$28.418 mil e R\$3.648 mil, respectivamente, e os saldos consolidados de imobilizado e outras obrigações estão subavaliados em R\$24.650 mil e R\$7.416, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de junho de 2019, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Alyster Sousmann Pere
Contador CRC 1SP-230426/O-9

Total Brasil Distribuidora Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.727	46.850	33.140	76.509	Fornecedores	15	106.353	28.679	107.295	45.594
Contas a receber	6	115.029	39.161	122.327	114.554	Empréstimos	17	22.125	58.590	22.125	97.599
Estoques	7	83.979	41.821	84.247	70.421	Salários e contribuições sociais	19	9.171	2.860	9.631	5.264
Impostos a recuperar	10.a.	4.226	-	4.522	6.683	Impostos a recolher	10.b.	9.283	5.777	9.283	13.826
Imposto de renda e contribuição social	11.a.	4.619	2.110	4.538	675	Instrumentos Financeiros Derivativos	18	4.402	3.014	4.402	3.014
Adiantamento a fornecedores	8	115.353	976	115.396	33.345	Passivo de arrendamento	20	613	-	730	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	5.495	-	5.688	6.001	Outras obrigações	22	11.694	37.924	11.858	41.915
Outros ativos		2.486	475	2.394	3.215						
Total do ativo circulante		358.914	131.393	372.252	311.403	Total do passivo circulante		163.641	136.844	165.324	207.212
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	6	8.554	53	8.574	7.443	Empréstimos	17	189.692	-	189.692	40.585
Depósitos judiciais	21.b.	5.725	352	5.725	5.530	Passivo de arrendamento	20	806	-	999	-
Impostos a recuperar	10.a.	-	-	83	534	Provisão para demandas judiciais	21.a.	2.106	1.862	2.106	1.862
Impostos diferidos	11.c.	9.717	-	9.717	1.133	Outras obrigações	22	6.416	-	6.416	5.011
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	15.029	-	15.226	11.632	Total do passivo não circulante		199.020	1.862	199.213	47.458
Outros Ativos		85	184	83	407						
Total do realizável a longo prazo		39.110	589	39.408	26.679	Patrimônio líquido					
Investimento em Controladas	12	14.779	395.599	-	-	Capital social	23	444.869	444.869	444.869	444.869
Propriedade para Investimento		2.110	1.687	2.110	1.687	Prejuízos acumulados		(54.620)	(35.661)	(54.620)	(35.661)
Imobilizado	13	105.315	17.174	106.683	69.724						
Ativo de direito de uso	20	893	-	1.128	-	Total do patrimônio líquido		390.249	409.208	390.249	409.208
Intangível	14	231.789	1.472	233.205	254.385						
Total do ativo não circulante		393.996	416.521	382.534	352.475						
Total do ativo		752.910	547.914	754.786	663.878	Total do passivo e do patrimônio líquido		752.910	547.914	754.786	663.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total Brasil Distribuidora Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Receita líquida	24	426.330	225.615	3.153.532	225.615
		-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	25	(358.828)	(154.899)	(3.002.797)	(154.899)
		-	-	-	-
Lucro bruto		67.502	70.716	150.735	70.716
Despesas com vendas	25	(13.681)	(23.470)	(48.332)	(23.470)
Despesas gerais e administrativas	25	(64.330)	(64.252)	(108.923)	(64.252)
Despesas com depreciação e amortização	25	(6.091)	(1.908)	(10.411)	(1.908)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	25	(131)	87	11.722	87
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(861)	(2.678)	(14.090)	(2.678)
Resultado de Equivalência Patrimonial	25	(6.490)	-	-	-
		-	-	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(24.082)	(21.505)	(19.299)	(21.505)
Resultado financeiro, líquido	26	(4.594)	(5.127)	(8.345)	(5.127)
		-	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(28.676)	(26.632)	(27.644)	(26.632)
Imposto de renda e contribuição social corrente	11b	-	-	(1.032)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	11b	9.717	-	9.717	-
		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(18.959)	(26.632)	(18.959)	(26.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total Brasil Distribuidora Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo líquido do exercício	(18.959)	(26.632)	(18.959)	(26.632)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(18.959)</u>	<u>(26.632)</u>	<u>(18.959)</u>	<u>(26.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total Brasil Distribuidora Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	23	37.361	(9.029)	28.332
Aumento de Capital	23	407.508	-	407.508
Prejuízo do exercício		-	(26.632)	(26.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		444.869	(35.661)	409.208
Prejuízo líquido do exercício		-	(18.959)	(18.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		444.869	(54.620)	390.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total Brasil Distribuidora Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(18.959)	(26.632)	(18.959)	(26.632)
Ajustes para:				
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	6	131	87	(11.722)
Juros sobre empréstimos	17	5.261	7.896	9.064
Depreciação e amortização	25	6.091	4.857	10.411
Provisão para demandas judiciais	21.a	244	(8)	244
Baixas do ativo imobilizado	13	329	(78)	3.799
Provisão para obsolescência	7	664	465	664
Resultado de Equivalência Patrimonial	25	6.490	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11.b	(9.717)	-	(8.685)
		(9.466)	(13.413)	(15.184)
Variações em:				
Contas a receber	6	10.521	(6.194)	2.818
Estoques	7	(3.523)	(9.095)	(14.490)
Impostos a recuperar circulantes e não circulantes	10	1.790	(1.929)	3.644
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	539	-	(3.281)
Depósitos Judiciais	21.b	(59)	(217)	(195)
Outros ativos		(78.545)	(91)	(80.907)
Instrumentos Financeiros Derivativos	18	1.388	888	1.388
Fornecedores	15	46.673	8.867	61.701
Salários, provisões e encargos	19	1.999	-	4.367
Impostos a recolher	10.b	(3.249)	(313)	(4.543)
Outros passivos circulantes e não circulantes	22	(3.868)	4.483	(7.188)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(35.800)	(17.014)	(51.870)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	-	(4.895)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(35.800)	(17.014)	(56.765)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Caixa adquirido por incorporação da Zema Petróleo	1b (iv)	31.134	-	-
Aquisição do Grupo Zema, líquido do caixa	1b (iii)	(22.254)	(365.929)	(22.254)
Aquisição de ativo imobilizado	13	(14.928)	(3.689)	(24.018)
Aquisição de ativo intangível	14	(511)	(336)	(11.086)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(6.559)	(369.854)	(57.358)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contratação de empréstimos	17	81.826	14.665	208.938
Pagamento de empréstimos - Principal e juros	17	(58.590)	(7.896)	(138.184)
Aporte de capital social, líquido de redução de capital	23	-	407.508	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		23.236	414.277	70.754
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(19.123)	28.005	(43.369)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		46.850	18.845	76.509
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		27.727	46.850	33.140
		(19.123)	28.005	(43.369)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Objeto social

A Total Brasil Distribuidora Ltda. (“Empresa”, “Total” ou “Grupo”) é uma Sociedade por quotas de responsabilidade Ltda., com prazo indeterminado de duração e tem como objeto social dois segmentos distintos; a revenda de combustíveis e a produção e revenda de lubrificantes. No segmento de combustíveis, atua no comércio de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo, bem como a importação e a exportação destes produtos e o armazenamento, a carga, a descarga e a guarda de combustíveis, tendo como mercado de atuação os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins e Pará. No segmento de lubrificantes, tem por objeto a fabricação, a importação e a distribuição de lubrificantes sintéticos, semissintéticos, minerais e líquidos de arrefecimento. A Empresa possuía a sua denominação social como Total Lubrificantes do Brasil Ltda. até 09 de outubro de 2019, data em que passou a ser denominada como Total Brasil Distribuidora Ltda., conforme alteração contratual n° 62.

Durante o exercício de 2019 foi adicionado ao objeto social da Sociedade a seguinte atividade:

- Aquisição de participação societária em outras sociedades, na forma de quotista ou acionista alterando a cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade.

A Empresa possui sede em São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 302 – 3º andar – Torre B, Vila Olímpia, São Paulo, SP e mantém doze filiais, sendo estas localizadas em Senador Canedo (Goiás), Cuiabá e Barra do Garças (Mato Grosso), Uberlândia, Uberaba e Betim (Minas Gerais), Paulínia, São José dos Campos, Guarulhos e Ribeirão Preto (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e no Distrito Federal (DF). A fábrica para produção de lubrificantes encontra-se situada na cidade de Pindamonhagaba, estado de São Paulo.

b. Aquisição do Grupo Zema

(i) Informações sobre a aquisição

Como parte da expansão das suas operações no Brasil, no dia 15 de novembro de 2018, a Empresa e os vendedores celebraram o contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças, para estabelecer termos e condições para a aquisição integral das participações societárias das empresas Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda., Zema Importação Ltda. e Zema Cia. de Petróleo S.A. (“Grupo Zema”) pelo montante de R\$395.599, sendo que no dia 27 de dezembro de 2018, foi concluída a operação e transferido o controle para a Empresa. A contraprestação transferida pela aquisição foi liquidada da seguinte forma:

- R\$365.929 pagos em 27 de dezembro de 2018, na data do fechamento, conforme cláusula contratual 3.4 (e). Esse pagamento consumou a transferência de controle do Grupo Zema para a Total Distribuidora;

- R\$29.670 foi considerado como valor retido no contrato de compra e venda e teve uma parcela de R\$ 22.254, paga em 26 de abril de 2019. Os outros R\$7.416 foram renegociados por meio de um aditivo datado de 26 de abril de 2019 ao contrato de compra e venda celebrado em 15 de novembro de 2018, e foi acordado que o valor não seria mais considerado no preço de aquisição em razão de ajustes de preços.

Dessa forma, o preço de aquisição final acordado entre as partes, conforme aditivo de 26 de abril de 2019, foi concluído em R\$388.183.

(ii) Informações sobre as entidades adquiridas

Zema Cia. de Petróleo S.A.

A antiga Zema Cia.de Petróleo S.A. (“Zema Petróleo”) era uma Sociedade anônima, de capital fechado, com prazo indeterminado de duração e tinha como objeto social o comércio atacadista de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo, a importação e exportação de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo e o armazenamento, a carga, a descarga e a guarda de combustíveis e serviços de consultoria em gestão empresarial, tendo como mercado de atuação os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins e Pará. A Zema Petróleo foi incorporada pela Total Distribuidora em 1º de dezembro de 2019, conforme mencionado no item (iv) desta nota explicativa.

Total Diesel Comércio e Transportes Ltda. (antiga Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.).

A Total Diesel Comércio e Transportes Ltda. (“Total Diesel”) é uma Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada, e tem como objeto social o comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR), tendo como mercado de atuação os estados de Minas Gerais e Goiás. A Empresa teve a sua denominação social alterada durante o exercício de 2019 (antigamente a sua denominação social era *Zema Diesel Comércio e Transportes Ltda.*).

Total Brasil Comércio e Serviços Ltda. (antiga Zema Importação Ltda.).

A Total Brasil Comércio e Serviços Ltda. (Total Importação) é uma Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada, constituída em 1º. de novembro de 2016 e tem como objeto social o comércio atacadista álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes. A Empresa teve a sua denominação social alterada durante o exercício de 2019 (antigamente a sua denominação social era *Zema Importação Ltda.*).

(iii) Informações sobre a apuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos e ágio na data da aquisição em 31 de dezembro de 2018

As informações financeiras das entidades adquiridas e dos valores justos provisórios dos ativos e passivos e respectivo ágio alocados estão demonstrados a seguir:

	Alocação provisória registrada em 31.12.2018			Total
	Zema Cia de Petróleo S.A.	Zema Diesel Ltda.	Zema Importação Ltda.	
Empresas controladas				
Percentual de participação	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	-
Ativo circulante	164.892	12.822	2.400	180.114

Alocação provisória registrada em 31.12.2018

Empresas controladas	Zema Cia de Petróleo S.A.	Zema Diesel Ltda.	Zema Importação Ltda.	Total
Ativo não circulante	78.488	1.969	-	80.457
Passivo circulante	(70.047)	(4.056)	(18)	(74.121)
Passivo não circulante	(45.555)	(41)	(1.774)	(47.370)
Patrimônio líquido	<u>127.778</u>	<u>10.694</u>	<u>608</u>	<u>139.080</u>
Ajuste a valor justo (mais valia de estoques)	<u>3.648</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.648</u>
Ativos e passivos a valor justo	<u>131.426</u>	<u>10.694</u>	<u>608</u>	<u>142.278</u>
Contraprestação transferida - Nota 1.b.i	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>395.599</u>
Ágio por rentabilidade futura - Nota 12	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.871</u>

O laudo definitivo após o período de mensuração foi concluído em 18 de setembro de 2019. Os montantes finais apurados e a alocação definitiva foram registradas no exercício de 2019 e não foram reconhecidos retrospectivamente nas informações comparativas de 31 de dezembro de 2018 do exercício corrente, conforme requerido pelo CPC 15 – Combinação de negócios.

As informações sobre a alocação definitiva registradas no exercício de 2019 da contraprestação transferida com os novos montantes referente aos valores justos dos ativos e o respectivo ágio estão assim demonstrados:

Alocação definitiva registrada em 2019

Empresas controladas	Zema Cia de Petróleo S.A.	Zema Diesel Ltda.	Zema Importação Ltda.	Total
Percentual de participação	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	164.892	12.822	2.400	180.114
Ativo não circulante	78.488	1.969	-	80.457
Passivo circulante	(70.047)	(4.056)	(18)	(74.121)
Passivo não circulante	(45.555)	(41)	(1.774)	(47.370)
Patrimônio líquido	<u>127.778</u>	<u>10.694</u>	<u>608</u>	<u>139.080</u>
Ajuste a valor justo (relacionamento com clientes)	<u>37.228</u>	<u>1.424</u>	<u>-</u>	<u>38.652</u>
Ajuste a valor justo (mais valia de imobilizado)	<u>24.532</u>	<u>118</u>	<u>-</u>	<u>24.650</u>
Ajuste a valor justo (outros intangíveis)	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40)</u>
Ativos e passivos a valor justo	<u>189.498</u>	<u>12.236</u>	<u>608</u>	<u>202.342</u>
Contraprestação transferida - Nota 1.b.i	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>388.183</u>
Ágio por rentabilidade futura - Nota 12	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>185.841</u>

(iv) **Informações sobre a incorporação da Zema Cia de Petróleo S.A.:**

Conforme Assembleia Geral extraordinária de número 7573873 realizada em 31 de outubro de 2019, e registrada na Junta Comercial de Minas Gerais em 26 de novembro de 2019, foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação, para incorporação da Zema Cia de Petróleo pela Total Distribuidora, com o objetivo de conquistar ganhos através da expansão dos negócios. Os efeitos legais do ato de incorporação passaram a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2019, conforme consumado no ato societário. O laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi apurado com base nos livros contábeis da Zema Petróleo com data-base de 30 de junho de 2019, e as variações patrimoniais até 30 de novembro de 2019 foram consideradas ao acervo líquido incorporado em 1º de dezembro de 2019.

A seguir demonstramos os valores dos ativos e passivos referente ao acervo líquido incorporado em 1º de dezembro de 2019:

	<u>01.12.2019</u>
	Zema Cia de Petróleo
Percentual de participação	<u>100%</u>
Ativo Circulante	206.745
Ativo não circulante	160.712
Passivo Circulante	(47.052)
Passivo não Circulante	<u>(138.830)</u>
Acervo líquido contábil (*)	<u>181.575</u>

(*) O acervo líquido contábil incorporado considera os valores justos decorrentes de mais valia do imobilizado e de relacionamento de clientes mensurados na combinação de negócios, conforme valores mencionados no item (iii) acima .

Com a incorporação da Zema Petróleo na controladora, o valor referente a mais valia de imobilizado foi reclassificado do investimento para o ativo imobilizado e os valores referentes a relacionamento com clientes e ágio por expectativa de rentabilidade futura foram reclassificados do investimento para o grupo de ativos intangíveis (veja nota explicativa 12).

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram autorizadas pela Diretoria em 01 de junho de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 4.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 4.3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** - mensuração da provisão ao valor recuperável (perdas esperadas) - principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo recuperabilidade do contas a receber;
- **Nota Explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração do valor realizável dos estoques.
- **Nota Explicativa nº 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas;
- **Nota Explicativa nº 21** - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Entretanto, no período base dessas demonstrações não houveram transferências de níveis.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota 27 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3 Relação de entidades controladas

3.1 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa

Razão social	Reavaliação	País sede	Participação	Controle	Consolidação integral
Total Diesel Comércio e Transportes Ltda.	Zema Diesel	Brasil	100%	Sim	Sim
Total Importação Ltda.	Zema Importação	Brasil	100%	Sim	Sim

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Zema Cia de Petróleo S.A foi incorporada em 1º de dezembro de 2019 pela Total Brasil Distribuidora Ltda., que possuía participação de 100% até 30 de novembro de 2019 naquela entidade.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (com exceção da mudança de prática contábil em decorrência da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06(R2) – Arrendamentos, descrita no item (4.3) desta nota).

4.1 Consolidação

Em atendimento ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, que são compostas pelas demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Empresa obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido. Não houve perda de controle no exercício de 2019.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data-base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Não houve alterações nas participações societárias no exercício de 2019.

Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Não foi identificado derivativos embutidos na combinação de negócios relacionada a aquisição do Grupo Zema.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Não houve alienação no exercício de 2019.

4.2 Demais políticas

b. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pelas taxas de câmbio oficiais na data de balanço. Os ativos e passivos em reais sujeitos à atualização monetária são ajustados com base nos índices contratuais aplicáveis. Os ganhos e perdas cambiais e os resultados de atualização monetária são registrados como receitas ou despesas financeiras.

Itens não monetários são mensurados ao custo histórico e convertidos com base na taxa da data da operação que os originou. Itens não monetários mensurados a valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi identificado. Todas as diferenças cambiais observadas afetam o resultado do exercício.

c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos 12 meses seguintes após a data do balanço ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, incluindo transações com partes relacionadas no curso normal dos negócios.

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda deduzida da provisão para redução ao valor recuperável (perdas esperadas), a qual é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber de clientes, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidades destes clientes.

f. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de realizável líquido, deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

As importações em andamento são registradas com base nos custos incorridos até a data do balanço. A provisão para perdas dos estoques é calculada sobre os itens que apresentam baixo giro (normalmente superior a 180 dias) e sem expectativa de realização, com um limite mínimo de 1% do total do estoque.

g. Imobilizado e propriedades para investimento

Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A Administração adota como procedimento revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercício de 2019 não houve ajustes para redução ao valor recuperável

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, de acordo com estudo do Grupo Total.

A vida útil econômica estimada dos bens (terrenos não são depreciados) estão demonstradas a seguir:

Imobilizado	Vida útil (em anos)
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Edificações	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Rebranding	10 anos

Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

h. Ativos intangíveis e ágio

Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Atualmente o Grupo tem apenas gastos com *software* os quais foram totalmente amortizados. O ágio contábil não é amortizado.

A seguir apresentamos as vidas úteis dos ativos intangíveis com vida útil definida:

Intangível	Vida útil
Licenças de Software	5 anos
Relacionamento com clientes	21 anos
Rebranding	5 anos

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Bonificações antecipadas concedidas a clientes

A Empresa disponibiliza aos clientes bandeirados, um montante para investir nos postos de combustíveis onde os contratos de exclusividade são firmados com clientes em que o fornecimento de produtos está assegurado por períodos que variam entre 24 e 120 meses.

k. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

l. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes não são reconhecidos, mas pode deixar de ser um ativo contingente e se tornar um ativo praticamente certo a ser reconhecido se existirem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Empresa espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

n. Provisões

As provisões sobre ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando, simultaneamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

p. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q. *Reconhecimento de receita de venda de produtos e reconhecimento de receitas e despesas financeiras*

Receita de venda de produtos

O Grupo está no ramo de fornecimento de álcool carburante, gasolina e demais derivados do petróleo e importação e a distribuição de lubrificantes sintéticos, semissintéticos, minerais e líquidos de arrefecimento. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens. O Grupo conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens antes de transferi-los para o cliente.

Venda de produtos: a receita de venda de produto é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho. O prazo normal de crédito concedido é de 10 dias após a entrega. O Grupo considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelização do cliente). Ao determinar o preço de transação para a venda de equipamentos, o Grupo considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado. As receitas e despesas financeiras compreendem principalmente juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos, variações cambiais de ativos e passivos e mudanças decorrentes das variações dos instrumentos financeiros derivativos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

r. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Empresa designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

No início das relações de hedge designadas, a Empresa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Empresa também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a

expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

s. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias para clientes sem garantias;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas para redução ao valor recuperável de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável em 2019.

t. Combinação de Negócios

A Empresa utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Empresa. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os custos relacionados com a aquisição foram contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data de aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Empresa nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*)

A Empresa contratou uma consultoria especializada para elaboração do laudo de avaliação do valor justo à data de aquisição. Os detalhes da combinação de negócios ocorridas referente a aquisição do Grupo Zema e respectivas alocações estão descritas na nota explicativa 1.

4.3 Mudanças nas principais práticas contábeis

A Empresa e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa e suas controladas adotaram o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados as informações comparativas

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 20.

Na transição para o CPC 06(R2), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos.

A Empresa aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Empresa optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários e de veículos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 20).

Os ativos de direito de uso passaram a ser mensurados em 1º de janeiro de 2019 da seguinte forma:

Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Empresa na data da aplicação inicial: A Empresa aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário e veículos; ou

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: A Empresa aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, locação de veículos);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Impactos nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2), a Empresa reconheceu ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos.

b. *Direito de uso*

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos de direitos iniciais incorridos. A Administração da Empresa optou por utilizar um expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento.

A depreciação do direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente do contrato. A Empresa classificou como arrendamento todos os seus contratos de locações de bens, com período de locação acima de 1 ano, que sejam relevantes conforme o CPC 06 determina a composição e os impactos da adoção inicial do ativo de direito de uso estão sendo apresentados na nota explicativa 20.

c. *Arrendamentos a pagar*

A Administração da Empresa considerou componente de financiamento somente os aluguéis vigentes de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamento futuros de aluguéis fixos.

Os fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento foram estimados de acordo com os termos e condições dos contratos e ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa de desconto, considera premissas que levam em consideração o ambiente econômico, arrendatário, termo e segurança, metodologia e taxa elaborada pela Empresa para utilização nos arrendamentos.

Como arrendatária, a empresa aluga um total de 10 imóveis, sendo 2 escritórios – matriz em São Paulo (SP) e filial Araxá (MG), e 8 imóveis onde funcionam as bases, sendo elas: Bauru (SP), Guarulhos (SP), São José dos Campos (SP), 2 em Duque de Caxias (RJ), Betim (MG), Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e Várzea Grande (MT).

A composição e os impactos da adoção inicial dos arrendamentos estão sendo apresentados na nota explicativa 20.

4.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Bancos	25.834	11.773	31.247	31.762
Aplicações financeiras	<u>1.893</u>	<u>35.077</u>	<u>1.893</u>	<u>44.747</u>
	<u>27.727</u>	<u>46.850</u>	<u>33.140</u>	<u>76.509</u>

O saldo de Bancos inclui numerários em espécie e depósitos bancários a vista disponíveis. As aplicações financeiras compromissadas são títulos emitidos pelos Bancos com o compromisso de recompra, com taxas que variam em torno de 97,5% CDI em 31 de dezembro de 2019 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2018) e são de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificantes de mudança de valor.

6 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Duplicatas a receber				
Terceiros	124.155	38.636	131.500	139.331
Partes Relacionadas	<u>3.472</u>	<u>578</u>	<u>3.472</u>	<u>578</u>
	<u>127.627</u>	<u>39.214</u>	<u>134.972</u>	<u>139.909</u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(4.044)</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(4.071)</u>	<u>(17.912)</u>
Total Contas a Receber	<u>123.583</u>	<u>38.131</u>	<u>130.901</u>	<u>121.997</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante	115.029	39.161	122.327	114.554
Não Circulante	8.554	53	8.574	7.443

Durante o exercício de 2019, a Empresa recebeu uma propriedade no valor de R\$ 423 e que foi adicionada ao montante de R\$ 1.687 recebido no exercício de 2018, totalizando o valor de R\$2.110 (classificado como propriedade para investimentos) para que o cliente pudesse liquidar um saldo do contas a receber atrasado. Essa movimentação não gerou numerários e consequentemente, a Empresa não considerou tal movimentação em suas demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa.

A composição por vencimento dos saldos de contas a receber de clientes é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aging contas a receber				
Saldo a vencer	112.432	29.431	117.098	89.047
Saldo vencido:	15.195	9.783	17.874	50.862
Menos de 30 dias	8.799	7.819	10.767	31.002
Entre 31 e 60 dias	2.865	939	3.539	1.430
Entre 61 e 90 dias	181	98	181	544
Entre 91 e 180 dias	518	705	535	17.886
Entre 181 e 365 dias	988	169	988	-
Acima de 366 dias	1.846	53	1.866	-
	127.627	39.214	134.972	139.909

a. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

Para considerar as perdas estimadas, a Empresa faz um avaliação e reconhecimento conforme as premissas de cada tipo de negócio (combustíveis e lubrificantes).

Para o negócio de combustíveis, a exposição da Empresa a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber', está demonstrada conforme abaixo:

Combustíveis

Controladora – 31.12.2019			
Classificação	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para redução ao valor recuperável
Altíssimo	25,88%	6.185	(1.600)
Alto	0,01%	3.195	(0)
Médio	0,19%	18.694	(35)
Baixo	3,81%	52.099	(1.983)
Total		80.174	(3.619)

Controladora – 31.12.2019

Classificação	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para redução ao valor recuperável
A vencer	0,79%	74.439	(585)
Vencidos até 30 dias	4,62%	1.299	(60)
Vencidos de 31 a 60 dias	4,14%	1.487	(62)
Vencidos de 61 a 90 dias	67,30%	99	(67)
Vencidos há mais de 90 dias	99,85%	<u>2.850</u>	<u>(2.846)</u>
Total		<u>80.174</u>	<u>(3.619)</u>

Consolidado

2018

Classificação	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para redução ao valor recuperável	Provisão para redução ao valor recuperável
Altíssimo	-22,23%	7.311	(1.625)	(16.339)
Alto	-0,02%	4.048	(1)	(191)
Médio	-0,15%	24.538	(36)	(299)
Baixo	-3,84%	<u>51.622</u>	<u>(1.983)</u>	<u>-</u>
Total		<u>87.519</u>	<u>(3.645)</u>	<u>(16.829)</u>
A vencer	-0,73%	79.721	(585)	(617)
Vencidos até 30 dias	-2,30%	2.651	(61)	(116)
Vencidos de 31 a 60 dias	-2,94%	2.161	(64)	(52)
Vencidos de 61 a 90 dias	-67,30%	99	(67)	(56)
Vencidos há mais de 90 dias	-99,35%	<u>2.887</u>	<u>(2.869)</u>	<u>(15.988)</u>
Total		<u>87.519</u>	<u>(3.645)</u>	<u>(16.829)</u>

Neste segmento em específico, combustíveis, a Empresa estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do aging) por faixa ou cluster de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Empresa. O Contas a receber da Empresa tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 10 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Empresa interpreta que possui um índice de recuperabilidade significativo e para aqueles que não são recuperáveis a Empresa contabiliza uma provisão.

Para o negócio de lubrificantes, a Empresa reconhece um percentual de perda fixado por tipo de segmento (com base no histórico de inadimplência, avaliação do cenário econômico futuro e também de maneira individualizada por cliente) e estão distribuídos conforme dados abaixo:

Lubrificantes

	Controladora e Consolidado		
	2019		2018
Perdas esperadas - (0,2% do Faturamento)	Saldo contábil bruto	Provisão para redução ao valor recuperável	Provisão para redução ao valor recuperável
Perdas esperadas Segmento Automotivo (0,2%)	13.088	(117)	(560)
Perdas esperadas Indústria (0,2%)	16.198	(145)	(523)
Perdas esperadas Others (0,2%)	18.107	(162)	-
Perdas esperadas Special Fluids (0,2%)	60	(1)	-
	47.453	(425)	(1.083)

Os segmentos acima possuem um percentual de inadimplência similar e dessa forma a estimativa ficou em 0.2% de inadimplência por segmento.

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(1.083)	(996)	(17.912)	(996)
Adições	(131)	(840)	(131)	(840)
Reversões	-	753	11.853	753
Baixas	789	-	2.119	-
Adição por incorporação	(3.619)	-	-	-
Aquisição Zema	-	-	-	(16.829)
Saldo final	(4.044)	(1.083)	(4.071)	(17.912)

7 Estoques

Os estoques de mercadorias apresentam a seguinte composição:

Estoques	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos Acabados	66.020	25.318	66.288	50.270
Matérias-primas	10.294	9.350	10.294	9.350
Materiais importados em trânsito	6.758	6.236	6.758	6.236
Embalagens	907	917	907	917
Alocação de Estoques (Combinação de Negócio) – Nota 1.b	-	-	-	3.648
	83.979	41.821	84.247	70.421

No segmento de combustíveis, parte do estoque de combustíveis é armazenado em estabelecimentos de terceiros e está sob a responsabilidade destes. Em 31 de dezembro de 2019, esse montante equivale a R\$26.646 (R\$16.559 em 2018) na controladora e no consolidado e encontra-se alocado no grupo de estoque de produtos acabados.

Em função de variação da temperatura ambiental (calor ou frio), os estoques de combustíveis podem sofrer perdas ou ganhos, os quais são apurados mensalmente e registrados no resultado na rubrica de custo das mercadorias vendidas.

Provisão para estoques de baixo giro

A movimentação da provisão para estoques de baixo giro está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Movimentação Provisão para estoques de baixo giro		
Saldo inicial	(2.424)	(1.959)
Adições	(664)	(465)
Reversões	-	-
	(3.088)	(2.424)

A Controladora efetua o cálculo de provisão para a obsolescência e *slow moving* anualmente, efetuando uma análise individual dos itens. Os saldos sem movimentação há mais de três meses, quando não possuem provisão para movimentação, são provisionados.

8 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos à Petrobras (a)	44.423	-	44.423	15.288
Adiantamentos a fornecedores – Outros	6.697	976	6.740	2.001
Faturamento antecipado (b)	64.233	-	64.233	16.056
	115.353	976	115.396	33.345

- (a) Refere-se a depósitos antecipados junto à Petrobras para fornecimento de combustíveis comprados com pagamento antecipado. Tal procedimento é exigido pelo fornecedor nesse tipo de negociação.
- (b) O faturamento antecipado é uma modalidade utilizada para compra de álcool. Em função da estrutura de mercado, a Empresa antecipa o numerário para o fornecedor, mediante uma nota fiscal de remessa para entrega futura emitida pelo próprio fornecedor.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

A Empresa disponibiliza recursos aos clientes para o uso da marca Zema. Dessa forma, os clientes assinam um contrato de exclusividade na compra dos produtos e combustíveis Zema e a Empresa disponibiliza aos clientes bandeirados, quando for o caso, um montante para investir nos postos de combustíveis. Caso não seja respeitada a exclusividade, o cliente pode sofrer sanções. Esses recursos são amortizados pelo prazo do contrato que pode variar de 24 a 120 meses e registrados como dedução sobre venda.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bonificações antecipadas concedidas a clientes				
Bandeiramento (*)	25.897	-	26.287	49.722

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Bonificações antecipadas concedidas a clientes				
Dedução sobre venda				
(-) Bandeiramento (*)	<u>(5.373)</u>	<u>-</u>	<u>(5.373)</u>	<u>(32.089)</u>
	<u>20.524</u>	<u>-</u>	<u>20.914</u>	<u>17.633</u>
Circulante	5.495	-	5.688	6.001
Não Circulante	15.029	-	15.226	11.632

(*) Anteriormente a aplicação do CPC 47, os valores totais dos contratos eram reconhecidos como intangível e foram transferidos para conta específica do ativo e os valores da amortização dos contratos eram reconhecidos como despesas gerais e administrativas. A nova norma deixa claro que os valores de incentivos devem ser reduzidos do total da receita auferida com os mesmos, dessa forma os valores foram reclassificados para o grupo de deduções da receita a partir de 01 de janeiro de 2018.

10 Tributos a Recuperar e a Recolher

a. Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
PIS/COFINS	-	-	-	315
ICMS	4.226	-	4.605	4.763
OUTROS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.139</u>
	<u>4.226</u>	<u>-</u>	<u>4.605</u>	<u>7.217</u>
Circulante	4.226	-	4.522	6.683
Não Circulante	-	-	83	534

b. Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
PIS/COFINS	(2.073)	(784)	(2.073)	(2.914)
ICMS	(4.491)	(1.177)	(4.491)	(3.857)
ICMS-ST	(2.524)	(3.167)	(2.524)	(6.145)
OUTROS	<u>(195)</u>	<u>(649)</u>	<u>(195)</u>	<u>(910)</u>
	<u>(9.283)</u>	<u>(5.777)</u>	<u>(9.283)</u>	<u>(13.826)</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Circulante	(9.283)	(5.777)	(9.283)	(13.826)
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Tributos Líquidos	<u>(5.057)</u>	<u>(5.777)</u>	<u>(4.678)</u>	<u>(6.609)</u>

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar e recolher

A recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ	3.543	2.110	3.622	2.110
CSLL	<u>1.075</u>	<u>-</u>	<u>1.096</u>	<u>-</u>
	<u>4.619</u>	<u>2.110</u>	<u>4.718</u>	<u>2.110</u>

A recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ	-	-	(129)	(1.042)
CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>(393)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(181)</u>	<u>(1.435)</u>
Total Líquido	<u>4.619</u>	<u>2.110</u>	<u>4.538</u>	<u>675</u>

b. Demonstrativo de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes dos impostos	(28.677)	(26.632)	(27.644)	(26.632)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	9.750	9.055	9.399	9.055
	488	1.089	(193)	1.089

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adições (Exclusões) permanentes				
Amortização Fiscal do ágio	(521)	-	(521)	-
(-) Impostos diferidos não constituídos	-	(10.144)	-	(10.144)
Imposto de renda e contribuição social	9.717	-	8.685	-
Alíquota efetiva	34%	0%	31%	0%
Imposto de Renda Corrente	-	-	(1.032)	-
Imposto de renda diferido	9.717	-	9.717	-
Total Impostos reconhecidos no resultado	9.717	-	8.685	-

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos no balanço patrimonial

Controladora e Consolidado

	2019
Prejuízo fiscal de IR e base de cálculo negativa de CSLL	82.411
Diferenças temporárias	12.670
Amortização do ágio	(1.533)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos	93.548
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo à taxa combinada de 25% para IR e 9% para CSLL	31.806
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias não constituídos.	(22.089)
Total de imposto diferido ativo	9.717

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para as quais os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Em 31 de dezembro de 2019 havia um ativo fiscal diferido de R\$ 9.717 reconhecido no balanço patrimonial. A Empresa tem a expectativa de realização do prejuízo fiscal nos próximos 5 anos, conforme demonstrado a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>IR diferido</u>
2020	-
2021	1.464

2022	1.953
2023	2.440
2024	3.860

12 Investimentos em Controladas

A Empresa possui participação integral nas empresas controladas conforme mencionado nota explicativa 3 e para fins de consolidação o patrimônio líquido contábil é eliminado na rubrica de “Investimentos”.

a. Composição dos investimentos

	2019	2018
Participações societárias	13.380	139.080
Mais valia de estoque - Nota 1.b(iii)	-	3.648
Mais valia de ativo imobilizado	117	-
Relacionamento com clientes	1.282	-
Ágio por rentabilidade futura – Nota 1.b(iii)	-	252.871
	<u>14.779</u>	<u>395.599</u>

b. Mapa de movimentação dos Investimentos

	Zema Cia de Petróleo	Total Diesel	Total Importação	Ágio	Total
Percentual de participação	<u>100,00%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	-	-
<i>Participações societárias em 31.12.2018</i>	127.778	10.694	608	-	139.080
<i>Mais valia de estoques em 31.12.2018</i>	3.648	-	-	-	3.648
<i>Ágio em 31.12.2018 (UGC)</i>	-	-	-	252.871	252.871
Saldos provisórios apresentados em 31.12.2018 (i)	<u>131.426</u>	<u>10.694</u>	<u>608</u>	<u>252.871</u>	<u>395.599</u>
(-) Ajuste na contraprestação transferida (preço de aquisição)	-	-	-	(7.416)	(7.416)
(-) Baixa de mais valia de estoques após o período de mensuração	(3.648)	-	-	-	(3.648)
(+) Atribuição de mais valia do imobilizado após período de mensuração	24.532	118	-	-	24.650
(+) Atribuição de relacionamento com clientes após período de mensuração	37.228	1.424	-	-	38.652
(-) Atribuição de outros intangíveis	(40)	-	-	-	(40)
(-) Realocação do ágio após o período de mensuração	-	-	-	(59.614)	(59.614)
Saldos definitivos dos investimentos em 01.01.2019 após o período de mensuração (i)	<u>189.498</u>	<u>12.236</u>	<u>608</u>	<u>185.841</u>	<u>388.183</u>
(-) Amortização Relacionamento de Clientes (ii)	(1.773)	(140)	-	-	(1.913)
(-) Depreciação Imobilizado (ii)	(295)	(1)	-	-	(296)
(-)/(+) Resultado de equivalência Patrimonial	(8.567)	2.182	(105)	-	(6.490)
(-) Outros (iii)	-	-	-	(1.934)	(1.934)
(-) Reclassificação de ágio em função da incorporação da Zema Petróleo (iv)	-	-	-	(183.907)	(183.907)
(-) Incorporação da Zema Petróleo S.A. (iv)	(178.863)	-	-	-	(178.863)
Saldo após a Incorporação em 31.12.2019	<u>-</u>	<u>14.276</u>	<u>503</u>	<u>-</u>	<u>14.779</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa número 01.b (iii), a Empresa realocou determinados ativos para o grupo de mais valia de imobilizado e relacionamento de clientes após o período de mensuração, com base no laudo definitivo de avaliação da alocação da contraprestação transferida na combinação de negócios do grupo Zema. Na avaliação preliminar foi reconhecido um Ágio no valor de R\$ 252.871. Na época, foram feitas estimativa de valor justo com determinadas premissas e, no entanto, após nova avaliação dos valores justos de ativos e passivos, identificou-se um reconhecimento maior que o devido no Balanço, sendo a diferença realocada para mais valia de imobilizado e relacionamento com clientes. O valor correto do ágio após o período de mensuração, o qual encontra-se acima demonstrado e registrado em 01.01.2019 é de R\$ 185.841.
- (ii) A amortização do relacionamento com cliente e a depreciação da mais valia do imobilizado da Zema Petróleo após a incorporação em 1º de dezembro de 2019 (veja nota explicativa 1.b iv), começaram a ser amortizados e depreciados na controladora junto com o grupo de intangíveis e imobilizado respectivamente.

- (iii) A Empresa registrou um ajuste de R\$1.934 no ágio inicialmente alocado devido ao recebimento de um imposto pago pela Total Distribuidora e que pertencia ao Grupo Zema, o qual não pertencia ao quadro societário do Grupo Total. Dessa forma, o ágio inicial reconhecido passou de R\$185.841 para R\$183.907.
- (iv) Conforme mencionado na nota explicativa 1.b (iv), em 01.12.2019 a Zema Petróleo foi incorporada pela Empresa, portanto, os investimentos foram eliminados e o acervo líquido dos ativos e passivos incorporados. O ágio e relacionamento de clientes foram transferidos para o ativo intangível e a mais valia do imobilizado para o ativo imobilizado.

13 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas (com exceção de terrenos e imobilizado em andamento), acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A composição do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é assim demonstrada:

Controladora							
	Vida Útil (anos)	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Terrenos		20.272	-	20.272	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10	45.472	(27.544)	17.928	31.073	(18.610)	12.463
Edificações	25	54.407	(11.635)	42.772	4.567	(2.422)	2.145
Equipamentos de Informática	5	3.711	(2.574)	1.137	1.762	(1.655)	107
Instalações	10	4.515	(3.401)	1.114	3.693	(2.096)	1.597
Veículos	5	765	(699)	66	-	-	-
Outros	25	2.414	(2.005)	409	1.280	(569)	711
Rebranding	10	7.306	(61)	7.245	-	-	-
Total		138.862	(47.919)	90.943	42.375	(25.352)	17.023
Imobilizado em andamento	-	14.372	-	14.372	151	-	151
Total		153.234	(47.919)	105.315	42.526	(25.352)	17.174

Consolidado							
	Vida Útil (anos)	2019			2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Terrenos	-	20.289	-	20.289	4.835	-	4.835
Máquinas e Equipamentos	10	47.391	(29.447)	17.944	41.369	(25.865)	15.504
Edificações	25	53.802	(11.027)	42.775	46.015	(8.654)	37.361
Equipamentos de Informática	5	2.824	(1.658)	1.166	1.762	(1.654)	108
Instalações	10	4.015	(2.851)	1.164	3.693	(2.096)	1.597
Veículos	5	2.863	(2.331)	532	2.797	(2.100)	697
Outros	25	3.651	(2.600)	1.051	6.606	(3.810)	2.796
Rebranding	10	7.306	(61)	7.245	-	-	-
Total		142.141	(49.975)	92.166	107.077	(44.179)	62.898
Imobilizado em andamento	-	14.517	-	14.517	6.826	-	6.826
Total		156.658	(49.975)	106.683	113.903	(44.179)	69.724

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi a seguinte:

Controladora						
Custo	31/12/2018	Adições	Baixas	Incorporação	Transferência (*)	31/12/2019
Terrenos	-	-	-	1.400	18.872	20.272
Máquinas e Equipamentos	31.073	1.410	(42)	8.563	4.469	45.472
Edificações	4.567	-	-	49.840	-	54.407
Equipamentos de Informática	1.760	611	(253)	1.493	100	3.711
Instalações	3.693	322	-	500	-	4.515
Veículos	-	-	-	699	66	765
Outros	1.280	-	(320)	470	984	2.414
Rebranding	-	-	-	7.306	-	7.306
	42.373	2.344	(616)	70.270	24.491	138.862
Imobilizado em andamento	151	12.584	(151)	1.788	-	14.372
Total	42.524	14.928	(767)	72.058	24.491	153.234
Depreciação acumulada	31/12/2018	Adições	Baixas	Incorporação	Transferência	31/12/2019
Máquinas e Equipamentos	(18.610)	(1.835)	30	(7.129)	-	(27.544)
Edificações	(2.421)	(1.482)	-	(7.733)	-	(11.635)
Equipamentos de Informática	(1.654)	(296)	187	(811)	-	(2.574)
Instalações	(2.096)	(805)	-	(500)	-	(3.401)
Veículos	-	-	-	(699)	-	(699)
Outros	(569)	(50)	221	(1.607)	-	(2.005)
Rebranding	-	-	-	(61)	-	(61)
Total	(25.350)	(4.467)	438	(18.540)	-	(47.919)
Total Imobilizado Líquido	17.174	10.460	(329)	53.518	24.491	105.315
Consolidado						
Custo	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2019	
Terrenos	4.835	-	(3.418)	18.872	20.289	
Máquinas e Equipamentos	41.369	1.743	(190)	4.469	47.391	
Edificações	46.685	5.438	(1.321)	-	50.802	
Equipamentos de Informática	1.762	1.357	(395)	100	2.828	
Instalações	3.693	322	-	-	4.015	
Veículos	2.797	-	-	66	2.859	
Outros	6.936	11	(280)	984	7.321	
Rebranding	-	7.306	-	-	7.306	
	107.077	16.177	(5.604)	24.491	142.141	
Imobilizado em andamento	6.826	7.842	(151)	-	14.517	
Total	113.903	24.019	(5.755)	24.491	156.658	
Consolidado						
Depreciação acumulada	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019	
Máquinas e Equipamentos	(25.865)	(2.604)	121	-	(28.348)	
Edificações	(8.654)	(3.623)	1.250	-	(11.027)	
Equipamentos de Informática	(1.654)	(462)	308	-	(1.808)	
Instalações	(2.096)	(805)	-	-	(2.901)	
Veículos	(2.099)	(232)	-	-	(2.331)	
Outros	(3.811)	(25)	277	-	(3.559)	
	(44.179)	(7.751)	1.956	-	(49.975)	

Total

Total Imobilizado líquido	69.724	16.267	(3.799)	24.491	106.683
----------------------------------	---------------	---------------	----------------	---------------	----------------

(*) Conforme nota explicativa “1.b” do contexto operacional, a Zema Petróleo foi incorporada em 01/12/2019 e para a controladora os valores de mais valia do imobilizado foram transferidos de investimentos para o grupo de imobilizado nesta mesma data. No consolidado, os valores de mais valia foram transferidos do ágio que estava no intangível para o grupo de imobilizado. Essas transferências ocorreram após os valores definitivos da alocação da contraprestação transferida terem sido apurados dentro do período de mensuração.

14 Intangível

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos e são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não houve indicadores de perda e não houve mudança de vida útil de indefinida para definida.

A movimentação do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi a seguinte:

Custo	Vida Útil (anos)	Controladora					31/12/2019
		31/12/2018	Adições	Baixas	Incorporação (*)	Transferência	
Licenças de Software	5	10.073	252	-	10.617	-	20.942
Relacionamento com clientes	21	-	-	-	37.228	-	37.228
Outros Ativos Intangíveis	-	-	258	-	-	-	259
Ágio (nota 12)	-	-	-	-	-	183.907	183.907
Total Geral		10.073	510	-	47.845	183.907	242.335
Amortização acumulada							
Licenças de Software		(8.601)	(970)	-	(975)	-	(10.546)
Outros Ativos Intangíveis		-	-	-	-	-	-
Total Amortização		(8.601)	(970)	-	(975)	-	(10.546)
Intangível Líquido		1.472	(460)	-	46.869	183.907	231.789

Custo	Vida Útil (anos)	Consolidado				31/12/2019
		31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	
Licenças de Software	5	10.115	10.869	-	-	20.984
Relacionamento com clientes – Nota 1.b (iii)	21	-	-	-	38.644	38.644
Outros Ativos Intangíveis	-	-	217	-	-	217
Ágio – Nota 1.b (iii)	-	252.871	-	(5.829)	(63.135)	183.907
Total Geral		262.986	11.086	(5.829)	(24.491)	243.752
Amortização acumulada						
Licenças de Software		(8.601)	(1.946)	-	-	(10.547)
Outros Ativos Intangíveis		-	-	-	-	-
Total Amortização		(8.601)	(1.946)	-	-	(10.547)
Intangível Líquido		254.385	9.140	(5.829)	(24.491)	233.205

(*) os saldos referem-se a incorporação da Zema Petróleo, conforme informado na nota explicativa “1.b (iv)”.

A Empresa avaliou a recuperação do valor contábil do ágio apurado na combinação de negócios com base no seu valor realizável utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. O processo de estimativa do valor realizável envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de

desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Empresa, bem como em dados de mercado comparáveis, e representam a melhor estimativa da Administração quanto as condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

Para as projeções de fluxos de caixa descontado foram adotadas as seguintes premissas:

- A taxa de desconto utilizada foi de 15,2% ao ano, esta taxa representa o custo de capital por meio da média dos custos de captação ponderados pela participação de cada fonte de fundos na estrutura de capital a longo prazo.
- Composição da taxa de desconto calculada pela metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital):
 - Taxa de retorno livre de risco - Risk free rate (RF): 3,5% - retorno no T-Bond de 20 anos na data-base (fonte: Federal Reserve).
 - Risco país: 2,61% - média histórica de um ano do índice JP Morgan - EMBI+BR na data-base (fonte: Portal Brasil).
 - Prêmio médio de risco de mercado - Market Risk Premium: 5% (fonte: estudos econômicos do Ibboston).
 - Beta realavancado (β): 1,05%- com base na mediana da amostra de empresas comparáveis.
 - Prêmio de tamanho - Size premium: 4,47% - 2018 valuation Handbook, prêmio para empresas “Low-cap” (fonte: estudos econômicos do Ibboston).
 - Inflação Brasil (iBR): 3,8% - projeção de inflação para o longo prazo (fonte: premissas macroeconômicas).
 - Inflação EUA (iEUA): 2,2% - projeção de inflação para o longo prazo (fonte: Banco de 1ª linha).
- O ano base utilizado no modelo de projeção foi baseado na melhor estimativa da Administração com relação ao fluxo de caixa do ano corrente.
- Para a projeção foi utilizado o ano base com a análise de crescimento de mercado efetuada por empresas especializadas utilizando premissas externas e internas, como a participação de mercado, receitas, custos fixos e variáveis, volumes por tipo de produto, potencial de mercado, inflação, custo histórico entre outras.
- Foram realizadas análises dos resultados obtidos e capacidade produtiva atual das unidades geradoras de caixa (UGSs).

A comparação do valor contábil do ágio com o seu valor em uso, indicou suficiência de geração de caixa para suportar o ágio registrado na combinação de negócios e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação.

Como resultado de teste efetuado no ágio alocado na combinação de negócios, em 2019 nenhuma despesa por perda de valor recuperável do ágio foi reconhecida.

15 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores Nacionais	92.097	17.427	93.039	34.342
Fornecedores Estrangeiros	<u>14.256</u>	<u>11.252</u>	<u>14.256</u>	<u>11.252</u>
	<u>106.353</u>	<u>28.679</u>	<u>107.295</u>	<u>45.594</u>
Terceiros	96.873	17.427	97.815	34.342
Partes relacionadas	<u>9.480</u>	<u>11.252</u>	<u>9.480</u>	<u>11.252</u>
	<u>106.353</u>	<u>28.679</u>	<u>107.295</u>	<u>45.594</u>

16 Partes Relacionadas

- a. A Empresa mantém transações comerciais com empresas do Grupo Total sediadas no exterior. A abertura dos principais saldos e transações com empresas ligadas (*intercompany*) estão resumidos conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante – Contas a receber (nota 6)				
Total Fuides	202	314	202	314
Total Lubrifiantes France	2.431	264	2.431	264
Total Marketing Services	273	-	273	-
Total Specialities USA Inc.	416	-	416	-
Total Especialidades Argentinas S.A	87	-	87	-
Total Gestion Internationale S A	<u>63</u>	<u>-</u>	<u>63</u>	<u>-</u>
	<u>3.472</u>	<u>578</u>	<u>3.472</u>	<u>578</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante e não circulante – fornecedores e empréstimos				
Total Lubrifiants France	774	943	774	943
Total Supply S.A.	881	1.369	881	1.369
Total Fluides	311	163	311	163
Total Marketing Services	7.409	8.777	7.409	8.777
Total Mexico S.A De C.V.	1	-	1	-
SK Lubricants	66	-	66	-
Total Global Procurement	38	-	38	-
Total – Fornecedores - Nota 15	9.480	11.252	9.480	11.252
Empréstimos – Total Treasury (i)	189.692	61.680	189.692	61.680
TOTAL Fornecedores e Empréstimos	199.172	72.932	199.172	72.932

- (i) A Empresa possui contrato de empréstimos (mútuo) com a parte relacionada Total Treasury, na França. O valor do passivo em 31 de dezembro de 2019 com esta parte relacionada está em R\$186.817. As informações sobre este contrato estão detalhadas na nota explicativa 17.
- b. No ano de 2019, a Empresa remeteu R\$39.146 (R\$44.161 em 2018) para empresas do Grupo Total no exterior com o objetivo de pagamento de serviços prestados (relacionados à publicidade e vinculação de propagandas globais no Brasil), aquisição de matéria-prima e produto para revenda. O prazo médio de pagamento são de dois meses, com exceção da Total Marketing Services com a qual os prazos são negociados diretamente com a França. Os saldos foram registrados sob a rubrica de “Despesas gerais e administrativas” e “Estoques”.
- c. O pessoal-chave da Administração corresponde à diretoria executiva da Empresa e a remuneração, incluindo salários, bônus e outros benefícios, foi de R\$4.289 (R\$2.425 em 2018).

17 Empréstimos

Descrição	Ano vencimento	Encargos	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Banco BNP Paribas	2020	LIBOR + 6,75% a.a.	15.000	-	15.000	-
Banco BNP Paribas	2020	LIBOR + 6,64% a.a.	10.000	-	10.000	-
Banco Santander	2019	CDI + 0,279% a 0,24% a.m.	-	-	-	7.864
Banco do Brasil	2019	CDI + 0,31% a.m.	-	-	-	8.041
Banco ABC Brasil	2020	CDI + 0,27% a.m.	-	-	-	24.789
Citibank	2019	CDI + 0,29% a.m.	-	-	-	2.862
Banco Alfa	2019	CDI + 0,31% a.m.	-	-	-	11.205
Banco BBM Paulista	2022	CDI + 0,42% a 0,55% a.m.	-	-	-	24.779
Total Treasury (i)	2021	Libor 3M + 0,6% a.a.	187.741	61.680	187.741	61.680
Juros			5.261	2.231	5.261	2.231
Varição cambial			(6.185)	(5.321)	(6.185)	(5.321)
Banco do Brasil		0,25% a.m.	-	-	-	54
			211.817	58.590	211.817	138.184
Circulante			22.125	58.590	22.125	97.599
Não Circulante			189.692	-	189.692	40.585

- (i) A Empresa possui empréstimo com a parte relacionada Total Treasury denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de “NDF - *Non-Deliverable Forward*”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “NDF - *Non-Deliverable Forward*” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com outra contraparte” e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa

operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros. A contratação dos instrumentos de proteção contra desvalorização cambial para os empréstimos em moeda estrangeira, eliminam o risco da variação cambial, havendo somente os juros.

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos a longo prazo dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	16.464
2021	189.692	16.229
A partir de 2023	-	7.892
	189.692	40.585

A movimentação dos empréstimos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	58.590	43.925	138.184	43.925
(+) Adições novos contratos	81.826	17.755	208.938	17.755
(-) Amortização principal e Juros pagos (ii)	(58.590)	-	(138.184)	-
(+) Juros Incorridos	5.261	2.231	9.064	2.231
(+) Adições por incorporação Zema	130.915	-	-	79.594
(-) Variação Cambial	(6.185)	(5.321)	(6.185)	(5.321)
Saldo em 31 de dezembro	211.817	58.590	211.817	138.184
Circulante	22.125	58.590	22.125	97.599
Não circulante	189.692	-	189.692	40.585

- (ii) Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2018 (formados por empréstimos e debêntures) foram integralmente quitados em 2019. A Empresa avaliou ser mais vantajoso trabalhar com empréstimos captados junto ao Grupo Total. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possui, substancialmente, empréstimos com partes relacionadas.

Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos em aberto na data base de 31 de dezembro de 2019 com o BNP Paribas, possuem apenas “covenants” não financeiros. A Empresa cumpriu todas as cláusulas e encontrava-se adimplente com os credores. Não há “covenants” financeiros. Não há cláusulas de “covenants” com os empréstimos de partes relacionadas.

18 Instrumentos Financeiros Derivativos

Controladora e Consolidado					
2019					
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Passivo (risco contratado)	Notional	Valor justo
Não designados como hedge de fluxo de caixa					
NDF de juros	13/05/2020	USD + Pré 3,4751%	100% CDI + 2,71%	56.002	827
Empréstimo - 4131	27/07/2020	USD 3,7655	6,7322% ^{aaa}	10.000	515
Empréstimo - 4131	13/05/2020	USD 4,2130	5,2016% ^{aaa}	15.000	964
NDF de juros	06/05/2020	USD + Pré 2,9182%	Libor 3 months + 0,60%	130.915	2.096
				211.917	4.402
Controladora e Consolidado					
2018					
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Passivo (risco contratado)	Notional	Valor justo
Não designados como hedge de fluxo de caixa					
NDF de juros	14/09/2019	USD + Pré 3,4751%	100% CDI + 2,71%	58.590	(2.307)
Varição Cambial					5.321
				58.590	3.014

19 Salários e Contribuições Sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e férias	3.751	1.059	4.013	2.543
Bonificações	3.599	1.090	3.746	1.511
Encargos Sociais	1.821	711	1.872	1.210
	9.171	2.860	9.631	5.264

20 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, conforme descritos abaixo:

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 0,89% a.a. para contratos de arrendamentos.

Controladora						
		2018				2019
a. Direito de uso em arrendamento	Saldo Inicial	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições / Remensuração	Amortização	Saldo Final	
Direito de uso de Arrendamentos	-	1.413	133	-	1.546	
(-)Amortização Acumulada	-	-	-	(653)	(653)	
Ativo não circulante	-	1.413	133	(653)	893	
Total de impacto no ativo	-	1.413	133	(653)	893	
b. Passivo de arrendamento	Saldo Inicial	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições / Remensuração	Amortização	Saldo Final	
Arrendamentos	-	(607)	(6)	-	(613)	
Passivo circulante	-	(607)	(6)	-	(613)	
Arrendamentos	-	(806)	-	-	(806)	
Passivo não circulante	-	(806)	-	-	(806)	
Total de impacto no passivo	-	(1.413)	(6)	-	(1.419)	

Consolidado					
		2018	2019		
a. Direito de uso em arrendamento	Saldo Inicial	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições / Remensuração	Amortização	Saldo Final
Direito de uso de Arrendamentos	-	1.704	137	-	1.841
(-)Amortização Acumulada	-	-	-	(713)	(713)
Ativo não circulante	-	1.704	137	(713)	1.128
Total de impacto no ativo	-	1.704	137	(713)	1.128
b. Passivo de arrendamento	Saldo Inicial	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições / Remensuração	Amortização	Saldo Final
Arrendamentos	-	(705)	(25)	-	(730)
Passivo circulante	-	(705)	(25)	-	(730)
Arrendamentos	-	(999)	-	-	(999)
Passivo não circulante	-	(999)	-	-	(999)
Total de impacto no passivo	-	(1.704)	(25)	-	(1.729)

21 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Empresa constitui provisão para riscos e discussões judiciais trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão consignada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento.

a. Provisão para processos judiciais

Riscos classificados como prováveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Empresa, suportada por opinião de seus consultores jurídicos, possui provisão para cobrir eventuais desembolsos decorrentes de processos com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R\$2.106 (R\$1.862 em 31 de dezembro de 2018), conforme segue:

Provisão para demandas judiciais			
Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018

Causas tributárias (i)	1.202	1.202	1.202	1.202
Causas cíveis	180	180	180	180
Causas trabalhistas	<u>724</u>	<u>480</u>	<u>724</u>	<u>480</u>
	<u>2.106</u>	<u>1.862</u>	<u>2.106</u>	<u>1.862</u>

Movimentação das provisões e demandas judiciais

	Controladora e Consolidado			
	Tributária	Cível	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.202	180	480	1.862
Provisionado no exercício	-	-	768	768
Baixas por reversão	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(524)</u>	<u>(524)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>1.202</u>	<u>180</u>	<u>724</u>	<u>2.106</u>

- (i) Os principais valores provisionados nas causas tributárias referem-se a classificação fiscal incorreta, multa pela importação de mercadoria sem a licença de importação, cobrança de IPI, PIS-importação e COFINS-importação pelo fato das autoridades fiscais entenderem que foi aplicada a alíquota incorreta e dessa forma foi lavrado auto de Infração para a constituição e cobrança de alegados créditos tributários de ICMS, relativos às saídas para revendedores e/ou consumidores localizados no Estado do Paraná.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possui demandas administrativas e judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista no montante aproximado de R\$19.523 (R\$29.431 em 2018) classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis" e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída sobre elas.

Depósitos judiciais

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Causas tributárias (i)	5.182	-	5.182	5.045
Causas cíveis	133	-	133	133
Causas trabalhistas	<u>410</u>	<u>352</u>	<u>410</u>	<u>352</u>
	<u>5.725</u>	<u>352</u>	<u>5.725</u>	<u>5.530</u>

- (i) O montante de R\$ 5.182 se refere aos depósitos efetuados sobre o processo tributário de número 2007.38.02.000051-7 referente aos questionamento do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Os depósitos foram efetuados no período de Janeiro de 2007 a Janeiro de 2009 e são atualizados mensalmente, pela atualização da taxa Selic. A Empresa entende que o processo é provável de ganho e, portanto, é um ativo contingente. Os créditos que a Empresa espera

recuperar, assim que tiver o trânsito em julgado, constituem o mesmo montante depositado em juízo.

Os demais processos com depósitos judiciais são de causas cíveis no valor de R\$133 e trabalhistas no valor de R\$ 410.

22 Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a pagar - Aquis.Zema (a)	-	29.670	-	29.670
Parcelamento Refis (b)	4.943	-	4.943	5.312
Dividendos	-	-	-	629
Adiantamento de Clientes	3.709	315	3.730	583
Outras provisões(c)	9.45	7.939	9.601	10.732
	18.110	37.924	18.274	46.926
Circulante	11.694	37.924	11.858	41.915
Não Circulante	6.416	-	6.416	5.011

- (a) A Empresa registrou contas a pagar aos ex proprietários do Grupo Zema (Ricardo Zema Participações Ltda., Marlene Zema Participação Eireli, Romeu Zema Neto e Cesar Donizete Chaves), referente a retenção do montante correspondente a 7,5% do preço de aquisição estimado. Este montante foi quitado em 26 de abril de 2019 pelo valor de R\$22.254, pois houve um ajuste de preço posterior, no montante de R\$ 7.416 conforme mencionado na nota explicativa número 1b(iii).
- (b) A Lei nº 12.996/2014 reabriu o prazo para adesão ao parcelamento de determinados impostos, autorizando as empresas a aderir ao programa (REFIS da COPA) os débitos constituídos até 31 de dezembro de 2013. Por decisão da diretoria, embasada pelo parecer de advogados externos, houve a desistência dos processos administrativos, não provisionados, em que a Receita questionava o aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, do período de 2006 a 2008, sobre as despesas de transportes de aquisição e armazenagem dos produtos diesel e gasolina. Em 2019, o parcelamento foi atualizado e restam 96 parcelas no valor total de R\$ 4.943.

A movimentação e a composição do saldo devedor é como segue:

	Refis copa
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.312
Adições	
(+) Atualização de juros	184
(-) Amortizações	(553)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.943

- (c) Valores referentes às provisões , dentre elas Fretes, valores a pagar às empresas do Grupo, referentes aos serviços prestados no ano e valores a pagar à Petrobras.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, está dividido em 444.868.543 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e três) quotas, o mesmo para 2018, no valor nominal de R\$1,00 (unidade) cada, assim distribuídos entre os quotistas:

Sócio-quotista	Quantidade de quotas	Participação %
Total Marketing Services	444.868.542	99,99
Société Auxiliaire de Gestion de Participations	<u>1</u>	<u>0,01</u>
	<u>444.868.543</u>	<u>100</u>

24 Receita operacional líquida

A receita operacional tem os saldos demonstrados conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas	533.575	327.273	3.373.507	327.273
Impostos e devoluções	<u>(107.245)</u>	<u>(101.658)</u>	<u>(219.975)</u>	<u>(101.658)</u>
Receita líquida de vendas	<u>426.330</u>	<u>225.615</u>	<u>3.153.532</u>	<u>225.615</u>

25 Custos e despesas por natureza

A Empresa optou por apresentar a demonstração do resultado por função e natureza,

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Despesas por função				
Custo de mercadorias vendidas	(358.828)	(154.899)	(3.002.797)	(154.899)
Despesas com vendas	(13.681)	(23.470)	(48.332)	(23.470)
Despesas Gerais e Administrativas	(64.330)	(64.252)	(108.921)	(64.252)
Despesas com depreciação e amortização(*)	(6.091)	(1.908)	(10.411)	(1.908)
Redução ao valor recuperável - contas a receber	(131)	87	11.722	87
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(861)	(2.678)	(14.090)	(2.678)
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>(6.490)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(450.412)</u>	<u>(247.120)</u>	<u>(3.172.829)</u>	<u>(247.120)</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Despesas por natureza				
Insumos	(351.038)	(152.875)	(2.994.934)	(152.875)
Fretes	(5.167)	(2.024)	(22.801)	(2.024)
Despesas com pessoal	(37.326)	(28.644)	(66.231)	(28.644)
Redução ao valor recuperável - contas a receber	(131)	87	11.722	87
Serviços de Terceiros	(22.474)	(25.914)	(48.999)	(25.914)
Aluguéis e condomínios	(1.698)	(997)	(1.698)	(997)
Armazenagens	(5.070)	(2.756)	(5.070)	(2.756)
Depreciação e Amortização(*)	(6.091)	(1.908)	(10.411)	(1.908)
Despesas Tributárias	(18)	(647)	(6.269)	(647)
Material de uso e consumo	(14.048)	(28.764)	(14.048)	(28.764)

Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(861)	(2.678)	(14.090)	(2.678)
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>(6.490)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(450.412)</u>	<u>(247.120)</u>	<u>(3.172.829)</u>	<u>(247.120)</u>

(*) Inclui depreciação do imobilizado, amortização do intangível e de ativo de direito de uso

26 Resultado financeiro líquido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Varição cambial passiva	(174)	(17.878)	(3.886)	(17.878)
Juros passivos – empréstimos	(5.261)	(3.402)	(9.064)	(3.402)
Juros passivos - outras contas a pagar	(1.306)	-	(3.855)	-
Descontos concedidos	(274)	(40)	(328)	(40)
Outras despesas financeiras	<u>(200)</u>	<u>(3.430)</u>	<u>(2.207)</u>	<u>(3.430)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(7.215)</u>	<u>(24.750)</u>	<u>(19.340)</u>	<u>(24.750)</u>
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa	1.428	17.944	1.428	17.944
Juros ativos	192	15	8.167	15
Descontos obtidos	1.000	-	1.400	-
Outras receitas financeiras	<u>-</u>	<u>1.197</u>	<u>-</u>	<u>1.197</u>
Total das receitas financeiras	<u>2.620</u>	<u>19.157</u>	<u>10.995</u>	<u>19.157</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.594)</u>	<u>(5.127)</u>	<u>(8.345)</u>	<u>(5.127)</u>

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A Empresa realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Empresa.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 - instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Empresa à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado	27.727	46.850	33.140	76.509
Contas a receber	Custo amortizado	123.582	39.214	130.900	121.997
Adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	115.353	976	115.396	33.345
Mútuos	Custo amortizado	-	-	-	1.774
		<u>266.662</u>	<u>87.040</u>	<u>279.436</u>	<u>233.625</u>
Passivos Financeiros					
	Classificação	2019	2018	2019	2018
Empréstimos	Custo amortizado	211.817	58.590	211.817	138.184
Fornecedores terceiros	Custo amortizado	96.873	17.427	97.815	34.342
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)	Valor justo por meio do resultado	4.402	3.014	4.402	3.014
Contas a pagar partes relacionadas	Custo amortizado	9.480	11.252	9.480	11.252
		<u>322.572</u>	<u>90.283</u>	<u>323.514</u>	<u>186.792</u>

- (i) Os instrumentos derivativos são considerados como nível 2 na hierarquia do valor justo.

A Administração entende que os ativos financeiros e os passivos financeiros demonstrados acima são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis e são apresentados em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas das demonstrações financeiras.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos, adiantamento a fornecedores e créditos diversos: são classificados e mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos são classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Existem empréstimos captados de instituição financeira às taxas mencionadas na nota explicativa nº 17. São classificados como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Derivativos são classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa são expostos a seguir:

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) *Risco de crédito*

Decorrem da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão demonstrada na nota explicativa número 6.

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Empresa apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Empresa adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de alçadas estabelecida. A Empresa possui uma carteira de recebíveis na qual 85% dos clientes transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Empresa monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Empresa exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, principalmente de clientes bandeirados e eventualmente de clientes bandeira branca, para clientes bandeirados é formalizado o contrato de fidelização. A Empresa não tem contas a

receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Empresa ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 6.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. São operados em bancos de 1ª linha.

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros e taxa de câmbio - que irão afetar os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

A Empresa tem baixa exposição ao risco de taxa de juros por garantir que suas operações sejam protegidas por operações de hedge. O risco está relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas.

O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI.

As posições passivas da Empresa também estão basicamente representadas pelos empréstimos e financiamentos, os quais foram contratados com base na variação do CDI e LIBOR. A Empresa enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores, sendo inclusive celebrado contratos de hedge para evitar eventuais efeitos de oscilações de moeda – Ver Nota 17.

Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros da Empresa, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os resultados da Empresa estão suscetíveis a sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade de taxa de juros se aplica aos empréstimos e financiamentos com taxa pós fixada. A análise considera o risco de volatilidade de 25% e 50% de apreciação ou desvalorização, conforme segue:

Controladora e Consolidado

Exposição patrimonial passivo financeiro	Exposição	Risco	Cenário Taxa (i)	Despesa de juros	Cenários - 2020			
					I + 25%	II + 50%	III - 25%	IV - 50%
Total		Libor	1,27%	2.374	189.588	190.182	(188.401)	(187.808)
Treasury	186.621							
Banco BNP Paribas	15.090	LIBOR + 6,75% a.a	8,02%	1.211	16.603	16.906	(15.998)	(15.695)
Banco PNB Paribas	10.105	LIBOR + 6,64% a.a	7,91%	800	11.104	11.304	(10.705)	(10.505)
	211.816			4.384	217.296	218.392	(215.104)	(214.008)

- (i) Consideramos a taxa libor média de 12 meses somados a taxa de juros conforme os respectivos contratos de empréstimos.

Considerando a característica das operações apresentadas acima, a Administração entende que quaisquer volatilidades nas taxas de juros não representariam nenhum efeito significativo no resultado da Empresa.

Risco cambial

O risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para venda de seus produtos, aquisições de insumos e contratação de instrumentos financeiros, impactando em aumento ou redução dos valores dos seus ativos e/ou passivos. A Empresa possui instrumentos financeiros contratados para hedge, como por exemplo, derivativos e NDFs.

A Empresa apresentou a seguinte posição contábil de ativos e passivos em moeda estrangeira no final do exercício de 2019:

Controladora e consolidado

	Moeda estrangeira	2019 Valor moeda estrangeira	2019 Valor em Reais
Contas a receber de clientes	Euro	4	19
Contas a receber de clientes	Dólar	857	3.453
Total ativo		861	3.472

	Moeda estrangeira	2019 Valor moeda estrangeira	2019 Valor em R\$
Fornecedores	Euro	1.845	8.361
Fornecedores	Dólar	278	1.119
Empréstimos com partes relacionadas (i)	Dólar	46.000	189.692
Total passivo		48.123	199.172

- (ii) A Empresa possui um derivativo o qual é utilizado como instrumento de proteção cambial, conforme nota explicativa número 18.

Análise de sensibilidade

A Empresa, para fins de análise de sensibilidade para risco cambial, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos valores apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo, consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários abaixo.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora e Consolidado								
Contas a receber em moeda estrangeira								
Instrumentos financeiros Ativos:								
	Moeda	Taxa câmbio	Reais	Moeda estrangeira	Aumento - Reais		Redução - Reais	
					25%	50%	25%	50%
Contas a receber de clientes	Euro	4,5305	19	4	24	29	(14)	(10)
Contas a receber de clientes	Dólar	4,0307	3.453	857	4.316	5.180	(2.590)	(1.727)
			3.472	861	4.340	5.208	(2.604)	(1.736)
Efeito esperado no resultado - receita (despesa)			-	-	868	1.736	(868)	(1.736)
Contas a pagar em moeda estrangeira								
Instrumentos financeiros Passivos:								
	Moeda	Taxa câmbio	Reais	Moeda estrangeira	25%	50%	25%	50%
Fornecedores	Euro	4,5305	8.361	1.845	10.451	12.542	(6.271)	(4.181)
Fornecedores	Dólar	4,0307	1.119	278	1.399	1.679	(839)	(560)
Empréstimos - partes relacionadas	Dólar	4,1237	189.692	46.000	237.115	284.538	(142.269)	(94.846)
			199.172	48.123	248.965	298.758	(149.379)	(99.586)
Efeito esperado no resultado - receita (despesa)			-	-	49.793	99.586	(49.793)	(99.586)

(iii) Concentração de fornecedor

Como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) é a principal fornecedora de combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, as vendas de combustíveis podem sofrer um impacto adverso caso ocorra uma interrupção significativa no fornecimento por parte desse fornecedor que afetará imediatamente a habilidade da Empresa em fornecer combustível para seus clientes.

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos, em função dos diferentes prazos de realização e

liquidação de seus direitos e obrigações em diferentes moedas. A Empresa estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº 17. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos investidores, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A tabela abaixo contempla os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de compensação, elaboradas com base na data mais próxima em que a respectiva obrigação será quitada.

Controladora

Risco de Liquidez - Vencimentos Contratuais

31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos Financeiros nao derivativos				
Fornecedores	106.353	106.353	106.353	-
Empréstimos	211.817	214.887	25.195	189.692
Outras obrigações	18.111	18.111	11.695	6.416
Total de vencimentos contratuais	336.281	336.281	143.243	196.108

Risco de Liquidez - Vencimentos Contratuais

31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos Financeiros nao derivativos				
Fornecedores	28.679	28.679	28.679	-
Empréstimos	58.590	58.590	58.590	-
Outras obrigações	37.924	37.924	37.924	-
Total de vencimentos contratuais	125.193	125.193	125.193	-

Consolidado

Risco de Liquidez - Vencimentos Contratuais

31 de dezembro de 2019	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos Financeiros nao derivativos				
Fornecedores	107.295	107.295	107.295	-
Empréstimos	211.817	214.887	25.195	189.692
Outras obrigações	18.274	18.274	11.858	6.416
Total de vencimentos contratuais	337.386	337.386	144.348	196.108

Risco de Liquidez - Vencimentos Contratuais

31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1-12 meses	2-9 anos
Passivos Financeiros nao derivativos				
Fornecedores	45.594	45.594	45.594	-
Empréstimos	138.184	138.184	97.599	40.585
Outras obrigações	46.926	46.926	41.915	5.011
Total de vencimentos contratuais	230.704	230.704	185.108	45.596

Valores estimados de mercado

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019:

- Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Contas a receber - decorrem diretamente das operações e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- Empréstimos e financiamentos (em moeda nacional) - são mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- Adiantamento de clientes - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

Para determinação do valor justo de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo, a Empresa utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório.

Segue o valor justo e contábil dos instrumentos financeiros:

	Controladora				Consolidado				Hierarquia do valor justo
	2019		2018		2019		2018		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	27.727	(i)	46.850	(i)	33.140	(i)	76.509	(i)	(i)
Contas a receber	123.583	(i)	39.214	(i)	130.901	(i)	121.997	(i)	(i)
Adiantamento a fornecedores	115.353	(i)	976	(i)	115.396	(i)	33.345	(i)	(i)
	266.663	-	87.040	-	279.437	-	231.851	-	
Passivo									
Empréstimos	211.817	209.067	58.590	58.590	211.817	209.067	138.184	138.184	Nível 2
Fornecedores	96.873	(i)	17.427	(i)	97.815	(i)	34.342	(i)	(i)
Contas a pagar partes relacionadas	9.480	(i)	11.252	(i)	9.480	(i)	11.252	(i)	(i)
Instrumentos financeiros derivativos	4.402	4.402	3.014	3.014	4.402	4.402	3.014	3.014	Nível 2
	322.572	213.469	90.283	61.604	323.514	213.469	186.792	141.198	

- (i) Para estes ativos e passivos que são classificados pelo custo amortizado e que o valor contábil se aproxima do valor justo, não há classificação dos níveis de hierarquia.

28 Cobertura de seguros (controladora e consolidado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, o valor por evento de cada cobertura para controladora e consolidado é demonstrado abaixo:

		Combustíveis	Lubrificantes
Frota Leve e Frota Pesada	Tipo de Apólice => Seguradora =>	Frota Própria SURA (RSA)	
	Cobertura =>	Cobertura para Terceiros (Dados Materiais = R\$ 200.000,00 e Corporais=R\$ 200.000,00) Total Distribuidora: Cobertura de Casco conforme tabela FIPE e tanque até R\$ 80.000,00	N/A
	Vigência =>	14/02/2020 a 14/02/2021	
Danos Ambientais	Tipo de Apólice => Seguradora =>	N/C	Responsabilidade Civil Ambiental CHUBB
	Cobertura => Vigência =>		R\$ 3.800.000,00 28/08/19 - 28/08/2020
Roubo de Carga	Tipo de Apólice => Seguradora =>	Transporte Nacional ARGO	Transporte Nacional SURA (RSA)
	Cobertura => Vigência =>	R\$ 300.000,00 (por viagem / embarque e/ou acúmulo) 02/08/19 - 31/12/19	R\$ 1.000.000,00 31/12/19 - 31/12/2020

29 Eventos Subsequentes

(i) Impactos da COVID-19 nas operações da Empresa

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa.

Potenciais impactos:

- Declínio de receita por conta da redução no volume de vendas
- Limitações ou atrasos no suprimento de produtos
- Limitação na capacidade de pagamento dos clientes
- Necessidade de teste de impairment dos ativos
- Eventual necessidade de desligamento de pessoal por conta de diminuição do volume de negócios o que gera provisão para indenizações trabalhistas
- Capacidade de distribuição dos produtos

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e nos fluxos de caixa operacionais estimados. Tal avaliação está sendo feita em conjunto com o corpo diretivo da Empresa.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras

As seguintes principais medidas foram tomadas:

- Ações para manutenção dos níveis de produção e atendimento às demandas dos clientes;
- Verificar como os clientes estão analisando os impactos e que medidas estão tomando para reduzi-los
- Verificar capacidade de suprimento de materiais primas e PA junto aos fornecedores, sejam eles partes relacionadas ou não;
- Quarentena para colaboradores que estejam voltando de viagens internacionais
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais e incentivo à atividades executadas remotamente pelas áreas administrativas.

- Medidas de prevenção e limpeza das áreas comuns das Empresas, bem como reforço na comunicação interna com dicas e orientações sobre a prevenção do COVID-19;
- Suspensão de eventos, congressos e treinamentos;
- Concessão de férias imediatas aos funcionários com férias vencidas
- Afastamento para as pessoas enquadradas nos grupos de risco

As informações financeiras do resultados mais recentes da Empresa em relação ao mesmo período do ano anterior estão apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/04/2020</u>	<u>30/04/2019</u>	<u>30/04/2020</u>	<u>30/04/2019</u>
Receita líquida	<u>865.330</u>	<u>80.988</u>	<u>924.299</u>	<u>961.086</u>
Custo dos produtos vendidos	<u>(841.191)</u>	<u>(58.507)</u>	<u>(897.061)</u>	<u>(904.938)</u>
Lucro bruto	<u>24.139</u>	<u>22.481</u>	<u>27.238</u>	<u>56.148</u>
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	<u>(35.045)</u>	<u>(7.578)</u>	<u>(34.229)</u>	<u>104</u>

* * *

Antoine Tournand
Diretor Geral

Angel Bermudez
Diretor Financeiro

Maria Aline S. O. Fidélis
Contadora - CRC SP 25.6790/O-0